



A CIÊNCIA POLÍTICA E O ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: balanço do Grupo de Discussão do IV Congresso da ABECS

Joana da Costa Macedo¹
Ana Martina Baron Engerhoff²

Resumo

Este artigo atenta para a Ciência Política em sua inserção no ensino das Ciências Sociais, tomando como mote as discussões ocorridas no Grupo de Discussão (GD) “A Ciência Política e o Ensino das Ciências Sociais”, parte integrante da programação do IV Congresso da ABECS (Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais). O ensino das Ciências Sociais vem se consolidando como um espaço que trata do ensino da Antropologia, Ciência Política e Sociologia, não obstante a disciplina escolar seja consagrada pela nomenclatura de Sociologia. Sendo assim, os currículos com temas, conteúdos e arcabouço teórico englobam estas três áreas do conhecimento, mas estas também possuem suas próprias especificidades e geram diferentes investigações e debates. Neste sentido, o ensino de Ciência Política no ensino médio tem sido alvo de paulatina atenção para melhor compreensão de sua inserção na escola, inclusive na criação de espaços de discussão próprios da área. Através da análise dos trabalhos apresentados no GD indicado foi possível perceber os caminhos em que a Ciência Política se insere no ensino de Ciências Sociais, explicitados tanto em termos de currículo quanto de metodologias de ensino materializadas nas práticas docentes.

Palavras-chaves: Ciência Política. Ensino de Ciências Sociais. Congresso ABECS.

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). *E-mail:* jocsmacedo@gmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC (PPGSP/UFSC). *E-mail:* anambaron@hotmail.com

POLITICAL SCIENCE AND THE TEACHING OF SOCIAL SCIENCES: an evaluation of the Discussion Group of the IV ABECS Congress

Abstract

This article focuses on Political Science as inlaying in the field of teaching of Social Sciences, taking as a landmark of the discussions that took place in the Discussion Group (DG) “Political Science and the Teaching of Social Sciences”, as an integral part of the program of the IV Congress of the ABECS (Brazilian Association for the Teaching of Social Sciences). The teaching of Social Sciences has been consolidating itself as a space which deals with the teaching of Anthropology, Political Science and Sociology, despite the fact that school discipline is enshrined in the nomenclature of Sociology. Therefore, curricula with themes, content and theoretical framework encompass these three areas of knowledge, but they also have their own specificities and can promote different investigations and debates. Therefore, the teaching of Political Science in high school level has been the target of gradual attention for a better understanding of its application in the school, including in the creation of discussion spaces specific to the area. Through the analysis of the works presented in the DG it was possible to perceive ways in which Political Science is framed in the teaching of Social Sciences, explicated in two approaches, such as curriculum and teaching methodologies materialized in teaching practices.

Keywords: Political Science. Teaching of Social Science. ABECS Congress.

INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia/Ciências Sociais no Brasil, tanto nas universidades quanto nas escolas, vem se consolidando como um espaço que engloba a Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Porém, enquanto nas graduações operacionalizou-se ao longo do tempo a nomenclatura “Ciências Sociais”³, no

³ A institucionalização da Sociologia em cursos superiores ocorreu ainda em 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, seguido pela criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo/USP (1934) e, em 1935, pelo curso de Ciências Sociais na Universidade do Distrito Federal/RJ, mesclando conhecimentos de diversos ramos, como indica Liedke Filho (2005). Pondera-se que os cursos de graduação específicos de Antropologia ou Ciência Política são mais recentes, cujo processo de autonomização se deu após a reforma universitária em 1968 e são, em sua totalidade, voltadas para o bacharelado, como indicam Bodart e Tavares (2020).

âmbito da formação básica prevaleceu a denominação “Sociologia”. Desta maneira, mesmo persistindo a terminologia da disciplina escolar de forma mais restrita, compreende-se que ela comporta os conhecimentos das três áreas, compondo conjuntamente o seu repertório para o ensino básico.

A Ciência Política participa, portanto, da formação dos saberes escolares da Sociologia, com seus temas, conteúdos e referenciais teóricos-metodológicos presentes nas diferentes estruturas curriculares para o ensino médio, embora haja a reformulação destes em razão da reforma do ensino médio (BRASIL, 2017)⁴ e da implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). De todo modo, nos documentos curriculares das últimas décadas voltados para a Sociologia, encontram-se conhecimentos da Ciência Política, como se percebe no texto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da BNCC (BRASIL, 2018), nos currículos estaduais (BODART; LOPES, 2017) e nos parâmetros e orientações curriculares nacionais (TAKAGI, 2007). Além disso, os livros didáticos têm fortalecido e estimulado a presença dos conteúdos das três áreas das Ciências Sociais, uma vez que é um dos critérios de seleção presente nos editais do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012 e triênios seguintes.

Diante disso, emerge o interesse sobre as especificidades da Ciência Política no contexto escolar, ampliando o repertório de pesquisas no subcampo do ensino de Ciências Sociais/Sociologia (FERREIRA; OLIVEIRA, 2015). Percebemos, no entanto, que este interesse é recente e ainda tímido, estando as investigações mais desenvolvidas quando voltadas ao ensino de Ciência Política no ensino superior. Desta feita e dando impulso à experiências anteriores que agregaram os estudos voltados ao ensino da Ciência Política, propôs-se um Grupo de Discussão (GD) “A Ciência Política e o Ensino das Ciências Sociais” no IV Congresso da ABECS (Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais)⁵, no qual foram apresentadas pesquisas desenvolvidas por acadêmicos e docentes que enfocaram questões

⁴ Lei nº13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

⁵ O evento ocorreu entre os dias 13 e 15 de novembro de 2020, de forma virtual em razão da Pandemia de Covid-19.

atinentes ao tema da Ciência Política no âmbito da educação básica. Compreendemos que eventos deste tipo fortalecem a área, no sentido de estabelecimento de espaço de legitimação de temas, autores e teorias.

Este artigo mapeia como a Ciência Política se insere no ensino das Ciências Sociais, buscando nas discussões ocorridas no GD algumas pistas para o seu direcionamento. Este artigo está organizado em três partes. Em um primeiro momento, contextualizamos a presença da Ciência Política no ensino de Sociologia/Ciências Sociais utilizando de elementos da própria constituição da disciplina nos diferentes âmbitos do ensino. Em seguida, analisa-se as questões suscitadas no GD, as quais contribuem para explicitar e aprofundar as discussões curriculares e metodológicas do ensino de Ciência Política. Por fim, apresentamos as considerações finais sobre análise feita e indicamos possibilidades de reflexões. Deste modo, esperamos contribuir para vislumbrar horizontes ao ensino de Ciência Política no ensino médio, fortalecendo sua participação no subcampo do Ensino de Ciências Sociais/Sociologia.

1 **A CIÊNCIA POLÍTICA E O ENSINO DE SOCIOLOGIA/CIÊNCIAS SOCIAIS**

Entender como a Ciência Política se relaciona com o ensino de Sociologia/Ciências Sociais exige olhar para múltiplos aspectos da configuração da disciplina escolar e deste subcampo científico (FERREIRA, OLIVEIRA, 2015). Um destes elementos diz respeito à compreensão da inserção da Sociologia nas escolas e do debate acerca da nomenclatura da disciplina. Longe de ser uma questão menor, a denominação da disciplina pode exercer efeitos simbólicos sobre as práticas (BOURDIEU, 2000) neste espaço social próprio que se desenha.

Isto nos leva, ainda que brevemente, à história do ensino de Sociologia no Brasil, tema já operado sob diferentes perspectivas (SANTOS, 2002; CARVALHO, 2004; MEUCCI, 2011; OLIVEIRA, 2013) e em mapeamentos específicos

(ENGERROFF, CIGALES, THOLL, 2017; BODART, CIGALES, 2017). Mais objetivamente, Moraes (2003) resume bem o debate:

A sociologia apareceu no nível médio antes que surgissem cursos superiores de ciências sociais, donde a dificuldade de alterar o nome; a disciplina sociologia tem servido como espaço curricular para o efetivo desenvolvimento e transmissão de conteúdos de ciências sociais como um todo: sociologia, antropologia, ciência política e até direito e economia (MORAES, 2003, p. 17).

Ainda, reforçamos que as fronteiras disciplinares são particulares de cada contexto. Neste sentido, Silva (2010) indica diferentes definições para as Ciências Sociais em outros países, muitas vezes alargando para outras áreas do conhecimento (como Economia, Psicologia Social, Estatística Social e outros), o que também foi anotado em trabalhos comparados da experiência do ensino de Sociologia/Ciências Sociais, como aponta Maçaira (2017) na França. No caso brasileiro, a trajetória da Sociologia após os anos de 1980, período em que reacendem os debates pelo retorno de sua obrigatoriedade no ensino básico⁶, é paradigmática para a discussão nas possibilidades da disciplina de Sociologia e das áreas que a acompanham, especialmente demarcadas através dos diferentes documentos curriculares, com seus conteúdos e metodologias. É dizer que a construção dos currículos é permeada por relações de poder (APPLE, 1989; MOREIRA, SILVA, 2008), o que implica nas disputas de diferentes agentes e instituições, na hierarquia entre disciplinas e nas lutas pelo estabelecimento dos conhecimentos próprios de cada área.

A relação da Ciência Política com o ensino de Sociologia/Ciências Sociais não é diferente, participando destas lutas na legitimidade dos saberes escolares, bem

⁶ O processo de inserção do ensino de Sociologia/Ciências Sociais na educação básica é interpretado pelo seu caráter intermitente. A Reforma Rocha Vaz (1925 – 1942) inclui a disciplina nos currículos do ensino básico, e em 1942 foi retirado dos currículos do ensino secundário pela Reforma Capanema. Em período democrático, o ensino de Sociologia/Ciências Sociais retornou aos currículos escolares do ensino médio com a Lei 11.684 de 2008 que ratificou o parecer nº38 de 2006 favorável à obrigatoriedade feita pelo Conselho Nacional de Educação, histórico percorrido por Machado (1987), Silva (2010) e Oliveira e Oliveira (2017).

como delineando sua participação no subcampo. Desta maneira, antes mesmo da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia em 2008, pela Lei nº 11.684, é possível encontrar nos documentos curriculares oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Orientações Curriculares Nacionais (OCNs), temas/conceitos/conteúdos atinentes à Ciência Política, como indicam Santos (2012), Pereira (2015) e Souza (2017). Bodart e Lopes (2017) também observaram que a Ciência Política estava presente em todos as propostas curriculares estaduais mapeadas em seu estudo, especialmente mobilizada pelos temas da cidadania, movimentos sociais e democracia.

Os livros didáticos aprovados no PNLD, por sua vez, são marcadores curriculares que tem um poder de alcance muito grande, uma vez que são distribuídos para todas as escolas públicas do país. Por estarem atrelados às regras dos editais, os livros didáticos têm contribuído para a institucionalização do ensino de Sociologia, e, sobretudo, para o estabelecimento dos conhecimentos da Ciência Política no interior desta disciplina escolar. Isso porque nos editais (2012, 2015 e 2018) foi explicitado que o componente curricular Sociologia é formado pelas três áreas do conhecimento (Antropologia [Cultural], Ciência Política e Sociologia), exigindo que as obras forneçam acesso aos fundamentos das três áreas, bem como trabalhem com categorias de “cultura, estado, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização, identidade social e classes sociais” (BRASIL, 2009, p. 31), confirmando o espaço da Ciência Política, como também observaram Desterro (2016), Sousa (2019) e Macedo (2019) em suas análises das obras didáticas.

No contexto mais recente da implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e de reformulação das propostas curriculares estaduais e suas grades, emergem desafios para o ensino de Sociologia, tanto para a sua manutenção enquanto disciplina obrigatória em todos os anos do ensino médio, quanto na legitimação de seus conhecimentos. Ainda que a BNCC (2019) tenha previsto uma categoria evidentemente ligada à Ciência Política (“política”) como fundamento da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, restam muitas

dúvidas da permanência da Sociologia nos currículos e, inseparavelmente, da Ciência Política.⁷

Contudo, outra problemática que emerge é a delimitação do que é próprio dessa área (nos currículos para o ensino médio e, em certa medida, no âmbito universitário), cujo entendimento atravessa a constituição e autonomização da Ciência Política - mais recente e diferenciada em relação às demais áreas da Ciências Sociais (FORJAZ, 1997; LAMOUNIEUR, 1982). Ao nosso ver, o processo de constituição de um espaço social próprio da Ciência Política, em nosso país, reverbera tanto na delimitação do seu repertório teórico-metodológico-conceitual, bem como no afastamento e desprestígio das questões relativas ao ensino básico.

A delimitação em padrões disciplinares da Ciência Política, de acordo com Lessa (2010), foi fixado e consolidado nos anos 1970 e 1980, sob forte influência behaviorista advinda dos Estados Unidos, com as análises sobre o comportamento político pautados em metodologias de análises quantitativas e estatísticas. Por isso, a Ciência Política que se tornou hegemônica no âmbito universitário foi sobretudo influenciada pela perspectiva norte-americana de análise quantitativa, a qual não desaguou no seu equivalente no âmbito escolar.

Em sua trajetória, os estudos da Ciência Política procuraram se diferenciar de outros saberes disciplinares, como a História, a Filosofia, o Direito e, mais especificamente, a Sociologia, marcadamente desenvolvida nas instituições paulistas. Vale lembrar que a Sociologia, em suas primeiras incursões no chamado ensino secundário no início do século XX, foi mobilizada para legitimar uma estrutura social voltada para a constituição das questões nacionais, constituindo narrativas no conteúdo curricular que direcionavam para esse tipo de reflexão, em favor de determinada ordem social (MEUCCI, 2015). Tal constatação vai ao encontro dos apontamentos de Lamounieur (1982), indicando que o pensamento

⁷ Diversos estados brasileiros já editaram os seus referenciais curriculares onde se percebe o retrocesso da Sociologia no ensino básico, vez que os documentos preveem a diminuição da carga horária da disciplina ou a sua supressão como disciplina obrigatória para todos os anos do ensino médio.

político brasileiro produzia um conteúdo que tinha como principal objeto de análise o Estado, na perspectiva da sua construção e das identidades nacionais.

Até a década de 1970, Lamounier (1982) identifica que os autores das interpretações sobre o Brasil eram de áreas diversas e muito deles eram pertencentes aos quadros burocráticos do governo. No entanto, dentro de um entendimento weberiano, entende que as Ciências Sociais não foram construídas de forma mandarinística. Em outras palavras, este campo de conhecimento não foi elaborado cientificamente de forma isolada tendo seus contornos disciplinares rigorosamente delimitados, pelo contrário, ela foi influenciada por outras narrativas advindas de outros saberes disciplinares, apresentando “relativa fluidez” (LAMOUNIER, 1982).

Nesse sentido, Lamounier (1982) identifica a precedência de um pensamento político brasileiro que permeava a intelectualidade e a interpretação sobre os acontecimentos e o desenvolvimento político e social de uma época, e, portanto, admite a tradição de um pensamento político anterior às transformações urbanas e capitalistas do início do século XX. Mesmo assim, sua reflexão indica que a Ciência Política, por seu turno, não estaria *embedded* em outros domínios disciplinares. Contrariamente, a ponderação de Lessa (2010) aponta que a suposta autonomia da Ciência Política precisa ser relativizada, uma vez que as narrativas históricas, filosóficas, literárias e sociológicas da tradição ensaísta brasileira continuam presentes e que essa suposta autonomia pode estar direcionada para o “reconhecimento de um domínio de objeto”, e não para o descolamento dessas outras narrativas, como um “saber distinto” (LESSA, 2010).

Indo nesta direção, Gouvêa (1989) argumenta que o atraso da constituição da Ciência Política como disciplina científica não é exclusividade brasileira, mas atravessa experiências de outros lugares, como a europeia, dado que os fenômenos políticos interessam a muitas disciplinas. Além dela, Bodart e Lopes (2017) também percebem que os objetos tidos da Ciência Política são atravessados por interesse de diferentes disciplinas, mas que não os desqualificam como objetos próprios da Ciência Política. No entanto, o que nos parece importante, tal qual

apontado por Moraes (2003), é perceber como estes objetos são imbricados nas epistemologias particulares da Ciência Política e assim são convertidos em conhecimentos escolares.

Neste sentido, Lessa (2010, p. 44) nos oferece caminhos para mobilizar objetos da Ciência Política, observando que a autonomização da área conta com a “presença continuada de uma atenção a dimensões políticas e institucionais, com base de um exercício intelectual que toma a política como sua referência central” – categoria esta explicitada para a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na BNCC. Enfim, compreendemos que acompanhar este processo de autonomização da área, ainda não tão claro à Ciência Política em uma análise do campo acadêmico, possibilita identificar alguns dos seus objetos e como estes são recontextualizados (BERSTEIN, 1993) na formulação dos currículos do ensino básico. Assim, se por um lado constatamos as dificuldades da Ciência Política em sua inserção no ensino básico, de outro a produção na temática no interior do subcampo do ensino de Ciências Sociais nos conduz para a aprofundar a análise, inclusive da relação da Ciência Política nos documentos curriculares e práticas escolares.

2 O ENSINO DE CIÊNCIA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IV CONGRESSO DA ABECS

A participação das contribuições da Ciência Política no subcampo do ensino de Sociologia/Ciências Sociais se mostra um dos caminhos e desafios para vislumbrar a maior legitimação de seus saberes, seja no espaço acadêmico quanto escolar. Mesmo com a demarcação curricular da Ciência Política ao longo do tempo, é possível afirmar que a sua participação no subcampo do ensino de Sociologia é ainda tímida, visto a pequena quantidade de pesquisas desenvolvidas nos

programas de pós-graduação *stricto sensu* que tomam a Ciência Política (ou seus objetos do conhecimento) como objeto de estudo.⁸

Ainda que necessite de maior análise, esse dado é indicativo da persistência do menor interesse da Ciência Política sobre a agenda educacional brasileira, tal qual constatado por Oliveira *et al.* (2020), não alcançando melhor visibilidade quando se trata do ensino da Ciência Política no ensino básico. Sintomático deste apagamento são os eventos especializados na área da Ciência Política, como o Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) que, embora conte desde 2012 com a Área Temática (AT04) “Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais”, enfatiza o ensino superior e não conta com grupos específicos para a discussão do ensino da Ciência Política no ensino médio, como em contrapartida ocorre em eventos ligados à Sociologia (AZEVEDO, 2014). Porém, no ano de 2020 o 12º Encontro da ABCP (evento *online*) contou, pela primeira vez, com uma sessão exclusiva na AT para tratar das “Experiências de ensino de ciência política no ensino médio”, demonstrando uma sinalização em favor da temática.⁹

Desta feita, os eventos voltados para o ensino de Sociologia/Ciências Sociais são um espaço privilegiado para congregar pesquisas em torno da área e, mais especificamente em nosso recorte, da Ciência Política. Assim, em 2017, na 5ª edição do Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), contou pela primeira vez com um Grupo de Trabalho (GT) voltado para a Ciência Política (denominado “Os conhecimentos de política na disciplina de sociologia no Ensino Médio: conteúdos, metodologias e recursos didáticos), coordenado por Renata Schlumberger Schevisbiski (UEL/PR) e André Rocha Santos (IFSP/SP), proposta que não se manteve nas edições seguintes do evento, dissipando as pesquisas na temática para outros grupos e para o GT de “Ensino de Sociologia” do Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS).

⁸ A análise do mapeamento de trabalhos no ensino de Sociologia envolvendo a Ciência Política está sendo refinada e comporta estudo específico sobre esta questão.

⁹ Anotamos, ainda, a importante participação da ABCP na elaboração de capítulos para o livro “Sociologia”, da coleção Explorando o Ensino (MORAES, 2010), voltada para o professor do ensino básico e que teve impacto na legitimação da disciplina escolar.

Por isso, aproveitando a abertura da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) por meio do seu IV Congresso Nacional, propôs-se um Grupo de Discussão voltado para o Ensino de Ciência Política, capitaneando em um espaço próprio as pesquisas na temática e permitindo o melhor delineamento de um panorama nesta seara.¹⁰ O Grupo de Discussão 02 (GD – 02) foi intitulado “A Ciência Política no Ensino de Ciências Sociais”, tendo como objetivo primordial estimular pesquisas e suscitar uma discussão em torno da temática da Ciência Política em sua relação com o ensino básico e, mais especificamente, como esta área se apresenta nos currículos de Sociologia. Além disso, a proposta de GD destacou o eixo da formação política como pilar do ensino de Ciência Política. Vale lembrar que a formação política e cultural faz parte do objetivo mais amplo do ensino de Sociologia, mas que tem nos conteúdos atinentes à Ciência Política uma vinculação mais evidente, como no caso da cidadania e movimentos sociais.

O GD – 02 recebeu um total de 09 propostas de resumos para comunicação oral, sendo escolhidos 06 deles. As apresentações foram organizadas em dois grupos, realizadas no período matutino no dia 14 de novembro de 2020. Anotamos que a ABECS, desde a sua seu primeiro congresso em 2013 em Aracaju/SE (PEREIRA, 2017), trouxe a proposta de grupos de discussão, diferenciando-se dos tradicionais “GTs” dos eventos científicos, no intuito de propiciar um espaço mais aprofundado de diálogo, o que ocorreu com maior contorno a partir do III Congresso realizado em 2018, em Porto Alegre/RS.¹¹ Assim, ainda que de maneira virtual e em meio ao contexto pandêmico, a edição de 2020 conseguiu levar adiante a proposta, com o enfrentamento de questões caras à área.

Visando esta maior interlocução entre os participantes no GD – 02 e analisando os resumos expandidos enviados, concebeu-se a divisão dos trabalhos obedecendo a dois critérios temáticos: currículo e metodologia. Esta divisão favoreceu não só a melhor compreensão das pesquisas apresentadas em seus

¹⁰ As autoras deste artigo coordenaram este GD.

¹¹ O segundo Congresso da ABECS, ocorrido em Natal/RN em 2017, não contou os GDs. Agradecemos a Thiago Ingrassia Pereira (presidente da ABECS nas gestões 2016-2018 e 2018-2020) que prontamente nos forneceu valiosas informações para a contextualização dos grupos de discussão nos congressos da ABECS.

elementos em comum, mas também o intercâmbio de saberes dado a pluralidade das/os participantes do GD em termos de ocupação (professores de ensino superior e do ensino básico, pesquisadores pós-graduandos/as, licenciados/as e licenciandos/as em Ciências Sociais) e da regionalização (nordeste, sudeste, centro-oeste).

Importante explicitar o perfil destes participantes, que contou com a maioria mulheres (9), enquanto os homens (3) foram co-autores de um mesmo trabalho. Ainda que as mulheres sejam maioria nos cursos de Ciências Sociais e nas licenciaturas (71,3%)¹², em cuja formação se assenta o perfil dos/as participantes do GD – 02, remetemo-nos à constatação de Bodart e Cigales (2017, p. 276) que a temática do ensino de Sociologia parece estar sendo relegada às mulheres, “como se coubesse aos homens temas ‘mais importantes’” e de Oliveira *et. Al* (2020), as mulheres são majoritárias nas temáticas educacionais no interior do campo da Ciência Política (embora neste os homens sejam em maior número), ocupando lugares menos prestigiados e em posições menos dominantes no universo acadêmico.

Desta feita, dado o perfil das/dos participantes e das características do evento promovido pela ABECS de promover a “construção do conhecimento partindo do “chão da escola” (PEREIRA, 2017, p. 25), os trabalhos do GD – 02 vincularam-se sobretudo às preocupações curriculares (como temas, teorias e conceitos aparecerem nos documentos oficiais e/ou nas práticas escolares) e com as metodologias de ensino. Assim, os resumos relacionados ao tema do currículo e da metodologia foram os seguintes:

¹² Conforme “Mapa do Ensino Superior no Brasil”, publicado pelo SEMESP em 2020. Acesso em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>

Quadro 1 – Títulos das propostas do GD – 02 por Bloco de apresentação.

Ordem da fala	BLOCO 1	BLOCO 2
Trabalho 1	A Ciência Política nos Planos de Estudo Tutorado (PETs) do estado de Minas Gerais	Direitos Humanos, currículo e transversalidade: abordagens metodológicas desenvolvidas no âmbito do PIBID
Trabalho 2	Experiências formacionais discentes: construindo um Currículo emancipacionista em Sociologia na Educação Profissional Integrada	Lei Maria da Penha no contexto escolar: a utilização da leitura expositiva e dialogada como metodologia do ensino de Sociologia
Trabalho 3	Acompanhamento da implementação do novo Ensino Médio no Distrito Federal: especificidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciência Política no ensino médio: uma pesquisa como metodologia de ensino

Fonte: Elaboração própria.

Considerando essas duas temáticas, constatamos que apenas dois dos trabalhos apresentaram de forma objetiva o tema da Ciência Política. O trabalho “Ciência Política no ensino médio: uma pesquisa como metodologia de ensino”, do Bolco II, abordava explicitamente a Ciência Política como metodologia de estudo, bem como conceitos da área abordados em sala de aula. Esse trabalho propôs estudar a Ciencia Política no seu caráter epistêmico, uma vez que realiza estudos de opinião pública e comportamento político por meio da aplicação de um *survey* no qual os alunos são os pesquisadores e analistas dos dados. Da mesma forma, o resumo da proposta do Bloco I “A Ciência Política nos Planos de Estudo Tutorado (PETs) do estado de Minas Gerais” fez um mapeamento dos conceitos de Ciência Política presentes no material PET, apresentando quais conceitos relacionados ao campo de conhecimento da Ciência Política são privilegiados no material pedagógico.

As outras propostas abrangem questões políticas em seu sentido mais abrangente, elaborando projetos relacionados à formação crítica e cidadã dos estudantes. Um exemplo pode ser representado pelo trabalho “Direitos Humanos, currículo e transversalidade: abordagens metodológicas desenvolvidas no âmbito do PIBID”, apresentado no Bolco II, por sua vez, abordou a Ciência Política de forma transversal por meio do tema dos direitos humanos aborados por meio de

jogos e situações lúdicas em sala de aula de modo a estimular processos de socialização e criar situações-problema para os alunos simularem em torno de temas relacionados aos micropoderes cotidianos, como a masculinidade tóxica.

Através das discussões ocorridas no GD – 02 avaliamos que a temática da Ciência Política no âmbito do ensino das Ciências Sociais possui contornos ainda pouco claros, não sendo enfrentada nas pesquisas nas suas especificidades e epistemologias próprias. No que tange ao trabalhos que centralizam pesquisas curriculares, a Ciência Política em si não aparece como objeto analítico, sendo tangenciado pelas preocupações conceituais, como ocorreu no trabalho 1 do Bloco I. No trabalho 2, a questão da educação política é manifestada por meio da reflexão sobre uma abordagem curricular da disciplina escolar de Sociologia que promova um engajamento politicamente orientado dos estudantes, pois propõe a prática de um currículo que seja “emancipacionista”, inspirado em um projeto político de sociedade no qual os alunos se forjariam engajados em temas sociológicos. Por fim, o trabalho 3 expõe uma pesquisa de opinião com os estudantes sobre uma política pública que está em processo de implementação, a nova BNCC. Esta pesquisa procurou medir o quanto os discentes estavam cientes das mudanças ocorridas nos componentes curriculares ligados à área temática das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Portanto, neste Bloco I de apresentação de trabalhos concernentes à temática curricular, as pesquisas circunscrevem às questões políticas e não propriamente relacionadas à Ciência Política como uma área das Ciências Sociais disciplinarmente demarcada. Os temas propostos tangenciam a política na sua concepção formativa do sujeito crítico e engajado/consciente em questões relacionadas ao ambiente social experimentado e às relações pelas quais os estudantes vivenciam. A compreensão das propostas do ensino da Ciência Política por meio das questões políticas se aproxima de ideia aristotélica de política na qual nos indivíduos precisam estar inseridos na *polis*, e participar coletivamente dos assuntos públicos.

No eixo temático referente à metodologia, em que as pesquisas enfocaram as estratégias pedagógicas de abordagem do ensino de Ciência Política na prática, contou-se com um único trabalho (trabalho 3) que de fato esteve circunscrito aos temas clássicos da área de Ciência Política. Neste caso, tratou-se de pesquisa de opinião sobre participação política, que tanto utiliza de uma ferramenta importante para alçar o debate sobre participação política e democracia, quanto possibilita elevar o interesse dos alunos pelo tema da política em si, que, como melhor aponta Feijó (2020, p. 320), pode estimular o envolvimento dos jovens com “questões relacionadas à participação e a uma cidadania ativa de fato”.

Nos outros dois trabalhos apresentados no Bloco II, a lógica proposta foi semelhante ao do Bloco I, pois eles margeavam temas de política. Ainda que os demais trabalhos não tenham lidado explicitamente com a Ciência Política, um deles enfrentou a temática dos Direitos Humanos, acentuando a importância do seu ensino e sua pertinência ao ensino das Ciências Sociais. A outra proposta designava uma metodologia pedagógica de leitura para os estudantes dentro da temática da Lei Maria da Penha como forma de abordar a violência contra a mulher. De forma similar, este último trabalho pretendeu construir uma abordagem formativa.

Desta feita, ressaltamos que currículos e metodologias de ensino são complementares e andam juntas, não havendo se falar em ensino de Ciências Sociais/Sociologia sem adentrar a estas questões. Ao buscar ferramentas para desenvolver a relação ensino-aprendizagem de determinado tema/conteúdo/conceito, há também o estabelecimento do currículo da disciplina, dando vazão a certos objetos de ensino. À exemplo, os Direitos Humanos não são temas estritos às Ciências Sociais, mas seus temas vinculam-se à temática, dentre os quais aqueles atinentes à Ciência Política. Neste sentido, Barbosa (2020) ao verificar como a produção teórico e didática-pedagógica sobre Direitos Humanos tem se relacionado com o ensino de Sociologia, enxerga amplas possibilidades temáticas nesse entrelaçamento, inclusive na perspectiva das discussões das relações de poder e da cidadania – esta que faz parte do processo histórico de luta

por esses direitos. A questão da cidadania, ademais, é um dos pilares das finalidades educativas da Sociologia no ensino médio, além de ser uma temática própria da área, possibilitando uma ampla frente de abordagens (em currículo, metodologia ou outros) na relação entre a socialização política e a formação do cidadão.¹³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões centrais suscitadas neste artigo, ainda que seja pacífico na literatura sobre o ensino de Ciências Sociais/Sociologia que a área é composta pela Antropologia, Ciência Política e Sociologia, há muitos entraves para a efetivação desta tríade no subcampo e no contexto escolar. Um deles, concernente à nomenclatura da disciplina, não pode ser tratado como menor ou superado, porque permanecem embates entre as áreas nas disputas pela legitimação, próprios do estabelecimento de um campo próprio (BOURDIEU, 2000) e das disputas em torno dos estabelecimentos dos currículos. Neste sentido, torna-se importante destacar os esforços coletivos para a mudança de paradigma sobre a expressão disciplinar “Sociologia” para a apreensão do seu significado mais amplo (“Ciências Sociais”), como o caso das Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) e também marcadamente na nomenclatura de disciplinas das licenciaturas.¹⁴

Ademais, a incerteza da permanência da disciplina de Sociologia no contexto de reforma do ensino médio e da implantação da BNCC, implica em diversos rearranjos dos currículos nos estados e dos espaços nas estruturas escolares, tornando ainda mais latente a necessidade de discutir e lutar pela inclusão dos

¹³ Há diversos trabalhos que se debruçaram sobre esta relação, alguns deles apontados por Engerhoff (2020). Feijó (2017) também indica alguns caminhos para a importância da socialização política, destacando projetos extraclasse, como os chamados “Parlamento Jovem”. Ademais, Macedo e Maturano (2020) analisam a formação de engajamento e responsabilidades cívicas por meio dos jogos como uma prática de simulação dos processos decisórios do sistema político.

¹⁴ Não ignoramos que a definição do nome da disciplina também possui um caráter normativo. A este respeito, ver: <https://abecs.com.br/lecionar-sociologia-no-em/>

saberes de cada campo no interior da área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Analisar as legislações e os currículos (nacional e estaduais) e os livros didáticos – tomados como fonte primária documental - continua a ser um caminho em potencial para a investigação de como cada área que compõem o ensino de Ciências Sociais é apresentada nestes documentos. Nos parece que esta estratégia é essencial para se tomar a Ciência Política como objeto, uma vez que estes documentos revelam temas, conceitos e teorias, sendo possível identificar as categorias e suas especificidades na área, como observado por Feijó (2020).

Além disso, ao olhar mais especificamente para a Ciência Política, há entraves que fazem parte da própria configuração desta área do conhecimento e que reverberam nas discussões em torno do seu ensino. A tímida preocupação deste campo sobre as questões do ensino básico pode estar repercutindo na produção no subcampo, constatando-se a dificuldade de tomar o ensino de Ciência Política como objeto. Neste ponto, é fundamental que haja o apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisas nesta seara, na busca pelo melhor prestígio da temática e conseqüente abertura de espaços no âmbito da pós-graduação, sem relegar o ensino à formação da licenciatura ou mestrados profissionais. Por isso a importância de eventos e grupos de trabalho específicos para o ensino das Ciências Sociais, através dos quais se identificam “posturas heterodoxas dentro do campo, que visam angariar mais capital simbólico, que, nesse caso, se relaciona diretamente com a possibilidade de forjar uma nova autoridade científica (FERREIRA, OLIVEIRA, 2015, p. 36).

Assim, em nossa análise dos resumos do GD – 02, percebe-se que o conteúdo de Ciência Política é pesquisado de algumas maneiras possíveis, nesse caso específico, por meio de estudos curriculares e metodológicos. Mesmo havendo um desenvolvimento institucional e qualitativo dos estudos da Ciência Política, e reconhecendo-se uma inquestionável influência do método quantitativo na produção metodológica aplicada, as pesquisas sobre o ensino de Ciência Política preservam seu caráter interdisciplinar, ainda fortemente composto por outros saberes de referência, tais como, a história, a estatística, literatura, pouco tomando

o ensino de Ciência Política como objeto de análise. Ainda que possamos estabelecer critérios e reconhecer a necessária interdisciplinaridade dos saberes, não se retira o lugar das epistemologias de cada área, sob as quais se assenta a disciplina de Sociologia.

Portanto, tomamos este breve levantamento como um passo adiante na discussão em torno do papel da Ciência Política no subcampo do ensino das Ciências Sociais. Destacamos que as investigações apresentadas no GD 02 e as já mapeadas em outros estudos revelam aquilo que temos como finalidade: como a Ciência Política pode alcançar as práticas escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

AZEVEDO, Gustavo Cravo de. 2014. *Sociologia no ensino médio: uma trajetória político-institucional (1982-2008)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2014.

BARBOSA, Maria Valéria. Direitos Humanos, o ensino de Sociologia e os. *In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs). Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió/AL: Editora Café com Sociologia, 2020

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre recontextualização. *Cadernos de Pesquisa*, n. 120, 2003, p. 75-110.

BODART, Cristiano da Neves; TAVARES, Caio dos Santos. Os cursos de ciências sociais e sociologia no Brasil: história e configurações. *Cadernos de Educação*. UFPel, N. 64, 2020.

BODART, Cristiano; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): Um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, 2017.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A Ciência Política nas propostas curriculares de sociologia para o ensino médio. *CABECS*, Vol.1, nº.1, p. 131-152 | Jan./Jun., 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

BRASIL. *LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017*. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf

BRASIL. *Editais de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2012 – ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, FNDE, 2009.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. A trajetória história da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (org.). *Sociologia e Ensino em debate: experiências e discussão da sociologia no ensino médio*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. P. 17-60.

DESTERRO, Fábio Braga do. 2016. *Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio*. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ, 2016.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania, o ensino de Sociologia e a. . In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió/AL: Editora Café com Sociologia, 2020

ENGERROFF, Ana Martina Baron; CIGALES, Marcelo; THOLL, James. Quem conta a História do ensino de Sociologia no Brasil? Um estudo bibliométrico. *CABECS*. v.1, n.2, p.65-87, 2017.

FEIJÓ, Fernanda. Política, o ensino de. In: BRUNETTA, Antonio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (orgs). *Dicionário do Ensino de Sociologia*. Maceió/AL: Editora Café com Sociologia, 2020

FEIJO, Fernanda. *Ciências Sociais e ensino médio: formação para a vida civil e cultura política democrática*. 168 f. Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), 2017.

FERREIRA, Vanessa do Rêgo; OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (Impresso)*, v. 37, nº 01, 2015.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. 1997. A emergência da ciência política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35): 101-120

GOUVEIA, Aparecida Aoly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. *Tempo Social*, v. 1, n.1, p. 71-79, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar. *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política São Paulo: Discurso Editorial/Barcarlolla*, 2010

LIEDKE FILHO, Enno D.. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios . *Sociologias* [online]. 2005, n.14, pp.376-437. ISSN 1807-0337.

MAÇAIRA, Julia Polessa. 2017. *O ensino de sociologia e ciências sociais no Brasil e na França: recontextualização pedagógica nos livros didáticos*. Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, 2017.

MACEDO, Joana da Costa; MATURANO, Roberson Gonçalves. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. *Revista Latitude*, v.14, n. 1, p. 50-72, 2020.

MACEDO, Joana da Costa. A socialização política em livros didáticos: uma discussão curricular em perspectiva comparada. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.3, n. 2, p.26-47, 2019.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*. Jan/jun. nº 13, P. 115-142, 1987.

MEUCCI, Simone. *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011. 169 p.

MEUCCI, Simone. Sociologia na Educação Básica no Brasil: um balanço da experiência remota recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 3, n. 51, p. 251-260. 2015

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo - SP, v. 15, n.1, p. 05-20, 2003.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi; OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Os processos de institucionalização da Sociologia na Escola Secundária (1890-1971). In: SILVA, Ileizi Fiorelli; GONÇALVES, Danyelle Nilin (org.). *A sociologia na educação básica*. São Paulo: Annablume, 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. Sentidos e Dilemas do Ensino de Sociologia: Um Olhar Sociológico. *Revista Inter-Legere*, v. 1, n. 9, 23 out. 2013

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da; ENGERROFF, Ana Martina Baron; MELCHIORETTO, Beatriz. A Pesquisa e os Pesquisadores em Educação na Ciência Política Brasileira. *Revista Sul-americana de Ciência Política*. V. 6, n.1, 2020

PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência política no ensino médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. *Revista Em Debate*. n. 13 (2015): 1º Semestre, 2015

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Sociologia escolar e associações científicas: a ABECS como estratégia de luta. *Revista Eletrônica Interações Sociais*. V1, n2, 2017.

SANTOS, Mário Bispo dos. *A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SANTOS, Mário Bispo dos. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum. *Percursos*. Florianópolis, v.13, n.1, pp.40-59, jan./jun. 2012.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (coord). *Coleção Explorando o Ensino*. Volume. 15. Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2011. P. 15-44.

SOUSA, Raoni Gomes de. 2019. *Democracia nos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas

SOUZA, Agnes Cruz de. *A Sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Araraquara, 2017.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. *Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino da escola média*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 2007.

Recebido em: 30 mar. 2021.

Aceito em: 17 jul. 2021

COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO

MACEDO, Joana da; ENGERROFF, Ana Martina Baron. A Ciência Política no Ensino de Ciências Sociais: balanço do Grupo de Discussão do IV Congresso da ABECS. *Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS*, v.5, n. 1, p.67-87, 2021.